



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES – CAMPUS III
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

JOCINETE FERREIRA DA SILVA

**LINHA DE PESQUISA
METODOLOGIAS DO ENSINO DE GEOGRAFIA
(ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO)**

**OS ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS (EJA) E SUA RELAÇÃO COM O ENSINO DE GEOGRAFIA**

GUARABIRA - PB

2017

JOCINETE FERREIRA DA SILVA

**OS ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS (EJA) E SUA RELAÇÃO COM O ENSINO DE GEOGRAFIA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), em forma de artigo científico, apresentado ao curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba – Campus III, em cumprimento aos requisitos necessários para obtenção do grau de Licenciado em Geografia, sob a orientação da Prof^a: Esp. Cléoma Maria Toscano Henriques.

GUARABIRA - PB

2017

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586a Silva, Jocinete Ferreira da.
Os aspectos históricos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e sua relação com o ensino de geografia [manuscrito] : /
Jocinete Ferreira da Silva. - 2017.

30 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2017.

Orientação : Profa. Esp. Cleoma Maria Henriques Toscano, Departamento de Geografia - CH.

1. Geografia. 2. Aluno. 3. Educação de Jovens e Adultos.

21. ed. CDD 910

JOCINETE FERREIRA DA SILVA

OS ASPECTOS HISTÓRICOS DA EJA E SUA RELAÇÃO COM O ENSINO DA
GEOGRAFIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em
Licenciatura Plena em Geografia da Universidade
Estadual da Paraíba – UEPB, Campus III/Guarabira,
em cumprimento aos requisitos para obtenção do grau
de Licenciado em Geografia, sob orientação da Prof.
Esp. Cléoma Maria Toscano Henriques

Aprovada em: 07/12/2017.

BANCA EXAMINADORA

Cléoma Maria Toscano Henriques

Prof. Esp. Cléoma Maria Toscano Henriques.
(Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

Mônica de Fátima Guedes de Oliveira

Prof. Me. Mônica de Fátima Guedes de Oliveira
(Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba

Aline de Fátima da Silva Araújo

Prof. Esp. Aline de Fátima da Silva Araújo
(Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba

GUARABIRA/PB
2017

*Educar e educar-se, na prática da liberdade,
é tarefa daqueles que pouco sabem - por isto sabem que sabem algo
e podem assim chegar a saber mais –
em diálogo com aqueles que, quase sempre,
pensam que nada sabem, para que estes,
transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem,
possam igualmente saber mais.*

Paulo Freire.

LISTA DE SIGLAS

CEAA	Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos
CNEA	Campanha Nacional de Erradicação ao Analfabetismo
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
EJA	Educação de Jovens e Adultos.
DCNEJA	Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PAS	Programa de Alfabetização Solidaria
MOVA	Movimento de Alfabetização de Adultos
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus;

Agradeço a minha família;

Aos meus amigos;

A minha orientadora Cléoma Toscano;

Aos professores do Curso de Geografia da UEPB;

A todos o meu muito obrigado.

Dedico este trabalho a minha família que esteve e está sempre ao meu lado me apoiando e me incentivando em tudo que faço. E em especial a minha filha Paola Francini Ferreira Gonçalves que apesar de muito jovem foi minha maior incentivadora me motivando com suas palavras quando dizia que acreditava em mim e me falava “*mamãe você vai conseguir, você vai ver... você vai tirar dez*”.

043 – GEOGRAFIA

TÍTULO: OS ASPECTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) E SUA RELAÇÃO COM O ENSINO DE GEOGRAFIA

LINHA DE PESQUISA: METODOLOGIAS DO ENSINO DE GEOGRAFIA (ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO)

AUTOR: JOCINETE FERREIRA DA SILVA

ORIENTADORA: Prof. Esp. Cléoma Maria T. Henriques /DG/CH/UEPB

BANCA EXAMINADORA: Prof. Ms. Mônica de Fátima Guedes /DE/CH/UEPB
Prof. Esp. Aline de Fátima da Silva/ DE/CH/UEPB

RESUMO

A proposta desta pesquisa é realizar uma reflexão acerca do ensino de Geografia para alunos na modalidade EJA, um breve histórico, citações importantes de Paulo Freire, precursor deste tipo de ensino, relato de experiência entre outras reflexões. Essa modalidade de ensino abrange jovens e adultos pertencentes a uma exclusão social, seja ela motivada por questões econômicas, culturais, políticas ou sociais. Nesse sentido, o EJA é um excelente espaço para a prática da pedagogia no ensino de geografia, já que o estudo do espaço e de sua dinâmica possibilita uma análise crítica da realidade, assunto colocado no decorrer do trabalho. No bojo desta discussão foi fundamental abordar como a Geografia foi tratada nos projetos destinados a essa modalidade de ensino, essencialmente nos últimos anos. A metodologia da referida pesquisa escolhida baseou-se em pesquisa bibliográfica com discussões devidamente fundamentada sobre o vasto universo da modalidade de ensino de Geografia no EJA. Verificamos a importância social da disciplina Geografia para sua formação cidadã.

Palavras-chave: Geografia. Aluno. Educação de Jovens e Adultos.

ABSTRACT

The proposal of this research is to carry out a reflection on the teaching of Geography for students in the EJA modality, a brief history, important quotations from Paulo Freire, precursor of this type of teaching, experience report among other reflections. This type of education covers young people and adults belonging to a social exclusion, whether it is motivated by economic, cultural, political or social issues. In this sense, the EJA is an excellent space for the practice of pedagogy in the teaching of geography, since the study of space and its dynamics makes possible a critical analysis of reality, a subject placed in the course of the work. In the context of this discussion, it was fundamental to address how Geography was treated in the projects destined to this modality of education, essentially in the last years. The methodology of this chosen research was based on a bibliographical research with discussions based on the vast universe of the teaching modality of Geography in the EJA. We verified the social importance of the Geography discipline for its citizen training.

Keywords: Geography. Student. Youth and Adult Education.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 ALFABETIZAÇÃO: UM SUPORTE DE SENTIDOS	11
3 A EDUCAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS NO BRASIL	14
4 A MODALIDADE DA EJA.....	18
5 O ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS ..	20
6 METODOLOGIA.....	23
7 RESULTADOS E DISCUSSÕES	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS.....	29

1 INTRODUÇÃO

Como um momento decisivo no processo de escolarização do indivíduo a alfabetização plena acaba por torna-se um desafio da escola pública e de todos os envolvidos nesse transcurso. Se alfabetizar é um desafio, alfabetizar em sua plenitude envolve desafios maiores como compreensão crítica do que se lê para se estender à sociedade. Diante desse pressuposto, o presente trabalho tem como objeto refletir a respeito das características principais da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, utilizando pesquisa bibliográfica. Tem como objetivo específico fazer um breve histórico da modalidade EJA no Brasil.

É notório em nossa sociedade o ato de repensar dia a dia as formas de alfabetizar no Brasil. Delimitaremos, como mencionado, a modalidade que trata desse trabalho com Jovens e Adultos a partir de uma pesquisa que proporciona gerar reflexões sobre pensamentos em um movimento que propõe o repensar da alfabetização no Brasil. (PAIVA, 1987; PINTO, 1991, FREIRE, 1999). Esse movimento busca o interesse em ir além da simples leitura e escrita, mais que isso, faz repensar a participação ativa do indivíduo em projetos de sua comunidade, uma leitura de realidade (FREIRE, 2007). A educação vista como ponto de partida para a vida de um indivíduo comunitário, cultural e social. Um sujeito autônomo.

Sabemos que a escola é o lugar quem tem como objetivo construir o conhecimento, à luz das diferentes concepções de mundo a das experiências vivida, uma construção mediada pelo professor. O processo ensino-aprendizagem caracteriza-se, fundamentalmente, pelo processo de alfabetização. Assim, nas diversas disciplinas que compõem a base curricular comum a parte diversificada do currículo, colocam-se princípios e se estabelecem linguagens dos mais variados tipos, que serão absorvidas pelo alunado através de ferramentas de comunicação e de compreensão do mundo.

Ao aspirar conhecer a modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos, sua história a as contribuições de Paulo Freire para essa modalidade, além do conhecimento adquirido na graduação de Geografia e minha experiência como docente, fez-me escolher esse tema para aprofundamento.

No conjunto desta discussão foi fundamental versar como a Geografia foi tratada nos projetos destinados a essa modalidade de ensino, essencialmente nos

últimos anos. A metodologia da referida pesquisa escolhida baseou-se em pesquisa bibliográfica com discussões devidamente fundamentada sobre o vasto universo da modalidade de ensino EJA. Verificamos a importância social da disciplina Geografia para sua formação cidadã.

Nesse sentido, abordaremos um breve estudo baseado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9394/96), bem como nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e numa breve experiência vivida como docente nesta área. Objetivando reconhecer a importância do ensino para adultos no Brasil, sua representatividade e sua relevância na sociedade.

A presente pesquisa conta como conhecimento e identificação do funcionamento da Educação de Jovens e Adultos, a EJA, na atualidade, e indaga quais seus subsídios na aprendizagem, e na vida dos alunos, no sentido de refletir e rever a metodologia aplicada e o seu relevante propósito da escola, para esse público, na sociedade.

2 ALFABETIZAÇÃO: UM SUPORTE DE SENTIDOS

No presente artigo, iniciamos versar o conceito de alfabetização no mundo contemporâneo, uma vez que, sabemos que, há alguns anos, era considerado alfabetizado aquele indivíduo que sabia ler e escrever, codificar e decodificar os signos e entende-los de forma superficial. Hoje em dia, essa tarefa necessita ser expandida: ao ler e ao escrever mais um requisito básico para que se considere alfabetizado. Consideraremos pensamentos de Paulo Freire que diz que deve-se saber ler, escrever e incorporar a linguagem escrita na vida e ser considerado alfabetizado. (FREIRE, 1983)

A sociedade atual aspira um ensino escolar capaz de trabalhar um currículo significativo, a partir de um ensino diário focado numa aprendizagem que de fato se efetive. Uma escola que a proposta político pedagógica esteja firmada em uma pedagogia crítica sobre o mundo que cerca o educando. E, este, possa agir de forma ativa em sua realidade social, política e histórica, e a desafie em seus propósitos.

Nesse sentido, evidenciamos as sábias perspectivas de Paulo Freire sobre o educador, quando diz que “a aquele que ensina os conteúdos de sua disciplina com rigor e com rigor cobra a produção dos educandos, mas não esconde a sua opção política na neutralidade impossível de seu que-fazer” (FREIRE, 2000, p. 44).

Paulo Freire (2000), por ser natural de Pernambuco, estado localizado no Nordeste, em sua época, uma das regiões mais carentes do Brasil, experimentou desde cedo as dificuldades de sobrevivência das classes populares.

Dessa experiência, expôs a coragem de por em prática autêntico trabalho peculiar de educação que identifica a alfabetização com um processo diário de conscientização. Freire acreditou que a necessidade de capacitar o oprimido para a aquisição de leitura e de escrita seria um instrumento principal para sua libertação. Esse feito, fez dele um dos primeiros brasileiros a serem exilados. Ele é autor de várias obras que revelam sua preocupação com a alfabetização das classes populares, que possuem dificuldade de acesso e permanência na escola, a classe do oprimido, como ele mesmo denominou. Paulo Freire é autor de muitas obras com a temática descrita. Entre essas obras: *A Educação na Cidade*; *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*; *Educação e mudança*; *Pedagogia da esperança*; *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas a outros escritos*; *Pedagogia do Oprimido*.

De acordo com Paulo Freire “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”. (1997, p. 52). Para ele, o indivíduo não começa a ler a palavra sem antes aprender a ler o mundo. Ele o interpreta e assim defende a necessária harmonização, comprometida e responsável, em fazer um trabalho de educação popular como o exercício de democracia, participando e construindo o próprio conhecimento.

A LDB (9396/94) e os PCNs tratam essa questão de forma bem clara também. A preparação para o exercício da cidadania aparece em vários textos da LDB e dos PCNs, desde a educação básica, quando afirma que esta: “tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores” (BRASIL, 1996, art. 22º).

Nesse sentido, os conteúdos curriculares devem estar em consonância com as questões sociais, como Paulo Freire sempre colocou, e que não haja exclusão, através do estabelecimento do objetivo de fazer com que os saberes projetados em

sala de aula “se constituem como instrumentos para o desenvolvimento, a socialização, o exercício da cidadania democrática” (BRASIL, 1997, p. 33). Desta forma, a educação na escola compreende:

como uma prática que tem a possibilidade de criar condições para que todos os alunos desenvolvam suas capacidades e aprendam os conteúdos necessários para construir instrumentos de compreensão da realidade e de participação em relações sociais, políticas e culturais diversificadas e cada vez mais amplas, condições estas fundamentais para o exercício da cidadania na construção de uma sociedade democrática e não excludente (BRASIL, 1997, p. 33).

Sobre alfabetização partimos para o princípio de entender o texto lido e/ou escrito de modo a ser utilizada nas mais diversas situações sociais. Trataremos, agora, dos pressupostos dos estudos de Magda Soares (2007) que complementam os pensamentos da pedagogia do Oprimido: o letramento necessário para incorporação da leitura e da escrita nas práticas sociais.

O termo alfabetização, etimologicamente falando, significa a aquisição do alfabeto, o ensino da dos códigos da língua escrita e suas habilidades de leitura e escrita, considerando o que diz Magda Soares temos a diferença entre ler e escrever e em saber o que lê e o que escreve em determinado contexto:

[...] a alfabetização se desenvolve no contexto de e por meio de práticas sociais de leitura e de escrita, isto é, através de atividades de letramento, e este, por sua vez, só pode desenvolver-se no contexto da e por meio da aprendizagem das relações fonema-grafema, isto é, em dependência da alfabetização (SOARES, 2004, p.14).

A alfabetização é reconhecida de maneiras diferentes por vários estudiosos. Para Magda Soares (2004) o termo alfabetização significa nada mais do que conhecer o alfabeto, ou melhor, ensinar as habilidades de ler e escrever. Ela diz:

[...] etimologicamente, o termo alfabetização não ultrapassa o significado de “levar à aquisição do alfabeto”, ou seja, ensinar o código da língua escrita, ensinar as habilidades de ler e escrever;

pedagogicamente, atribuir um significado muito amplo ao processo de alfabetização seria negar-lhe a especificidade, com reflexos indesejáveis na caracterização de sua natureza, na configuração das habilidades básicas de leitura e escrita, na definição da competência em alfabetizar. (SOARES, 2004, p. 15)

Hoje, a partir da expansão de entendimento de mundo acerca de diversos fatores, torna-se necessário atribuir um sentido amplo ao seu significado que ultrapasse o aprendizado da escrita e leitura puras. Ferreiro (2006, p.24) diz que: “O desenvolvimento da alfabetização ocorre, sem dúvida, em um ambiente social. Mas as práticas sociais assim como as informações sociais, não são recebidas passivamente pelas crianças.”.

Contudo, a alfabetização é determinada por fatores intra e extraescolares e é também determinante de outras aquisições; desse modo, “[...] o não estar em pé de igualdade no interior de uma sociedade predominantemente grafocêntrica, onde o código escrito ocupa posição privilegiada, revela-se como problemática a ser enfrentada.” (BRASIL, 2000, p. 4).

3. A EDUCAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

Foi a partir do trabalho dos jesuítas, que o processo de alfabetização de indivíduos começou no Brasil. (PAIVA, 2000). A história de educação formal brasileira, como conhecemos atualmente, apresentada pelas instituições sistemáticas oferecidas em escolas, iniciou no período da colonização do Brasil pelos portugueses da ordem religiosa da Igreja Católica, a Companhia de Jesus.

No Brasil, a educação de adultos iniciou-se ao mesmo tempo em que a educação elementar comum surgiu, segundo Paiva (2000) com objetivos importantes como atingir os pais das crianças a partir do ensino pra elas, catequizar diretamente os indígenas adultos e transmitir o idioma português que servia como instrumento de cristianização e aculturação dos nativos. Após a fase inicial de colonização, deixou-se de educar adultos indígenas.

Os jesuítas trouxeram os princípios de costumes religiosos e comportamento, mas também uma metodologia de ensino e proposta de trabalho

didáticos próprios, que trataram da ideia de universalização do ensino, prestigiadas pelas orientações filosóficas teóricas de Aristóteles e São Tomás de Aquino. (SOUSA; CAVALCANTE, 2016). Eles embasaram um documento de código pedagógico, denominado Ratio Studiorum.

Os jesuítas empreenderam no Brasil uma significativa obra missionária e evangelizadora, especialmente fazendo uso de novas metodologias, das quais a educação escolar foi uma das mais poderosas e eficazes. Em matéria de educação escolar, os jesuítas souberam construir a sua hegemonia. Não apenas organizaram uma ampla 'rede' de escolas elementares e colégios como o fizeram de modo muito organizado e contando com um projeto pedagógico uniforme e bem planejado, sendo o Ratio Studiorum a sua expressão máxima (SANGENIS, 2004, p. 93).

Foi a partir da década de 40 que a modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos, a EJA, começou a se constituir como política educacional em um período em que o Estado brasileiro estendeu os interesses com a implementação e a ampliação de verbas em relação à educação de jovens e de adultos. E, no período de 1959 a 1964, as características particulares da EJA passaram a ser reconhecidas através de planos pedagógicos. Haddad e Di Pierro (2009), consideram de 1959 a 1964 como “um período de luzes para a educação de jovens e adultos”:

Elevada agora à condição de educação política, através da prática educativa de refletir o social, a educação de adultos ia além das preocupações existentes com os aspectos pedagógicos do processo ensino-aprendizagem.

À medida que a tradicional relevância do exercício do direito de todo cidadão de ter acesso aos conhecimentos universais uniu-se à ação conscientizadora e organizativa de grupos e atores sociais, a educação de adultos passou a ser reconhecida também como um poderoso instrumento de ação política (HADDAD; DI PIERRO, apud UNESCO, 2009. p. 16).

Nesse contexto, e como decorrência do avanço tecnológico e econômico passou a exigir mão de obra cada vez mais qualificada e, conseqüentemente,

alfabetizada, foi preciso adotar medidas políticas e pedagógicas para acompanhar tal avanço. Surgiram, então, movimentos importantes da educação brasileira. Na época da implementação, eram mantidas como programas, campanhas e projetos, que visavam, apenas, interesses eleitoreiros ou das classes dominantes de cada época. Nesse sentido, por exemplo, era fundamental aprender a ler e a escrever para saber votar, por exemplo.

São exemplos de movimentos importantes intencionados a concretizar a erradicação do analfabetismo no Brasil: a CEAA (Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos), a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), o MOBRAL, o Ensino Supletivo entre outros. (CATELLI JR; HADDAD; RIBEIRO, 2014)

A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, CEAA, promovida em 1947 pelo MEC, a foi a primeira política de governo para a ensino de jovens e adultos no Brasil, no ano de 1947, com o objetivo de levar bases da educação aos brasileiros iletrados, nas áreas urbanas e rurais. A CEAA não havia a exigência do saber elaborado delimitando o processo de alfabetização em três meses para que depois disso o aluno tivesse livre para a capacitação profissional. Tratava-se de uma campanha baseada no princípio da rentabilidade e produtividade. (MANFREDI, 2000)

Anos depois (anos 50), foi realizada a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA) que se tratava de um programa destinado a diversas faixas etárias com o objetivo principal de combater o analfabetismo em todas as frentes. Foi um marco na nas discussões sobre a educação de adultos. Os organizadores desse movimento educação compreendiam que a simples ação alfabetizadora era insuficiente, assim deveria dar prioridade como mudança na condição de vida do educando. (MANFREDI, 2000)

As novas demandas de formação para o trabalho exigem mais que a codificação das palavras, mais que o conhecimento do alfabeto: exige uma formação de mundo em torno da leitura e da escrita. A partir da aquisição da leitura e da escrita faz-se necessário entender que o aluno precisa ter espaço no mercado de trabalho, o aluno adulto. O significado de alfabetização para Paulo Freire também se amplia ao tradicional vinculando-se a uma prática discursiva a qual “possibilita uma leitura crítica da realidade, constitui-se como um importante instrumento de resgate da cidadania e reforça o engajamento do cidadão nos movimentos sociais que lutam

pela melhoria da qualidade de vida e pela transformação social” (FREIRE, 1991, p. 68).

Em 1970 fazemos menção ao MOBRAL, o Movimento Brasileiro de Alfabetização, O MOBRAL assumia a educação como preparação de mão de obra para o desenvolvimento econômico e em 15 anos de exercício reduziu em significativamente o número de analfabetos. Porém sua preocupação primeira era leva o aluno a ler e a escrever, sem uma preocupação com a formação do homem. É um movimento que fazia restrições ao método Paulo Freire. Criado pela lei n. 5.379 de 15 de dezembro de 1967 “provê sobre a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos”:

Art. 3º É aprovado o Plano de Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adolescentes e Adultos, que esta acompanha, sujeito a reformulações anuais, de acordo com os meios disponíveis e os resultados obtidos.

Art. 4º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir uma fundação, sob a denominação de Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL de duração indeterminada, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, enquanto não for possível a transferência da sede e foro para Brasília.

Art. 5º O MOBRAL será o Órgão executor do Plano de que trata o art. 3º. (BRASIL, 1967)

A modalidade de ensino supletivo foi estabelecida no Brasil no ano de 1971.

Vieira diz que:

Durante o período militar, a educação de adultos adquiriu pela primeira vez na sua história um estatuto legal, sendo organizada em capítulo exclusivo da Lei nº 5.692/71, intitulado ensino supletivo. O artigo 24 desta legislação estabelecia com função do supletivo suprir a escolarização regular para adolescentes e adultos que não a tenham conseguido ou concluído na idade própria. (VIEIRA, 2004, p.40)

Para CATELLI JR; HADDAD; RIBEIRO (2014) o ensino supletivo foi apresentado à sociedade como um projeto de escola do futuro e elemento de um sistema educacional compatível com a modernização socioeconômica observada no país nos anos 70. Não se tratava de uma escola voltada aos interesses de uma

determinada classe, como propunham os movimentos de cultura popular, mas de uma escola que não se distinguiu por sua clientela, pois a todos devia atender em uma dinâmica de permanente atualização.

4. A MODALIDADE DA EJA

Discutir as características da Educação de Jovens e Adultos traz um vasto espaço para reflexões que inevitavelmente ultrapassam os limites da escolarização, uma vez que, o progresso de proposta de políticas públicas para erradicar o problema do analfabetismo no Brasil tem sido um tema bastante discutido entre os estudiosos ao longo dos anos. Buscando combate do analfabetismo na sociedade do nosso país as ações geradas por essas políticas visam o sucesso crescente da EJA no Brasil. (PINTO, 2003)

A partir da aprovação da LDB 9394/96 e das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos, Parecer nº 11/2000, foi que a EJA iniciou como modalidade da educação básica, com a finalidade de atendimento de jovens e adultos que não frequentaram ou não concluíram a educação básica na idade certa. Esses foram documentos marcantes na História da EJA que explicitaram alterações e ampliações conceituais produzidas desde o final da década de 1980, o que antes era conhecido como Ensino Supletivo.

E consonância com o artigo 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente (8069/1990) “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”, (BRASIL, 2002) o que nos faz concluir que a partir de 18 (dezoito) anos de idade deve-se considerar o indivíduo como adulto. Dos 7 (sete) aos 14 (quatorze) anos o ensino fundamental obrigatório é oferecido pela rede pública a partir da relação idade-série escolar.

No seu art. 37, a LDB 9.394/96 coloca que “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria [...]” (BRASIL, 1996) A modalidade que trata de alfabetizar adultos tem o objetivo principal de conceber o aluno como o

sujeito maior de sua própria aprendizagem, ativo e crítico no mundo que está inserido.

Sabemos que a educação formal sistemática deve ser direito de todos independente da idade ou contexto social em que o indivíduo se insere configurando-se como uma busca diária essencial da erradicação do analfabetismo no Brasil. O artigo 208 (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988) certifica-nos:

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

O estudioso Álvaro Vieira Pinto (2003), em *Sete lições sobre educação de adultos* defende a mudança da opinião dominante sobre o valor do homem na sociedade, o que só acontecerá pela alteração significativa na valoração conferida ao trabalho. À proporção que o trabalho manual deixar de ser um estigma para tomar-se uma ramificação da produção social geral, a educação institucionalizada perderá o seu cunho discriminatório e ganhará o seu verdadeiro caráter de direito inalienável a todo o ser humano.

Desse modo, a Educação de Jovens e Adultos, a EJA, é uma modalidade de ensino que se destina a todos que não tiveram acesso à escola de ensino fundamental em idade própria, por diversos motivos de sua vida individual e social. (PINTO, 2003) A Educação de Jovens e Adultos apresentada pela LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96 como uma modalidade de ensino, assegura suas funções no Art. 37:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Esse passo de estudo do indivíduo é assegurado por todo sistema de ensino de forma igualitária e gratuita, com o objetivo de alfabetizar e ainda, assegurar o acesso e a permanência desse aluno na escola.

Para Arroyo (2007) a modalidade da EJA deve se configurar numa modalidade de educação para sujeitos concretos, em contextos concretos, com histórias concretas, com configurações concretas. Assim, o autor diz que nos últimos anos foram tempos de deixar mais recortadas essas configurações da concepção de jovem e de adulto.

Nesse sentido, a inclusão da EJA na legislação representa uma opção política que precisa ser validada na prática pedagógica ressaltando que tal legislação prevê como forma de oferta da EJA os cursos e exames. Para tanto, a base da coordenação do trabalho pedagógico na EJA, reconhece o desafio de desenvolver processos de formação humana em contextos sociais e históricos.

5 O ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e adultos deve alcançar jovens e adultos, que por não terem acesso e/ou permanência na escola na idade certa, são indivíduos pertencentes a uma exclusão social, seja ela motivada por questões econômicas, culturais, políticas ou morais. Pensando assim, a EJA é um vasto espaço para a prática da Pedagogia no ensino de geografia, visto que, aprofundar estudos do espaço e de sua dinâmica possibilita uma análise crítica da realidade, a realidade em que eles vivem.

Pela característica de ser capaz de despertar no aluno a crítica à realidade social e o questionamento sobre as relações desiguais da sociedade capitalista, o trabalho com conteúdos que abrangem a geografia, como outras matérias estudadas na escola, possui potencial para conquistar a liberdade individual dos discentes. Assim, admitimos que o ensino de geografia pode ser grande contribuição para que o aluno construam suas identidades, reconheça sua capacidade de autonomia, e sua libertação, como Paulo Freire (2000, 1997, 2007) sempre defendeu. E, ainda,

que possam compreender a sua inserção na problemática social como intérprete da realidade em que se insere.

Os PCNs, por considerarem a Geografia como ciência social, indicam como objeto de seu estudo a sociedade. A Geografia é uma ciência que estuda as relações entre o processo histórico que regula a formação das sociedades humanas e o funcionamento da natureza, pela leitura do espaço geográfico e da paisagem. Vejamos:

A Geografia tem por objetivo estudar as relações entre o processo histórico na formação das sociedades humanas e o funcionamento da natureza por meio da leitura do lugar, do território, a partir de sua paisagem. Na busca dessa abordagem relacional, trabalha com diferentes noções espaciais e temporais, bem como com os fenômenos sociais, culturais e naturais característicos de cada paisagem, para permitir uma compreensão processual e dinâmica de sua constituição, para identificar e relacionar aquilo que na paisagem representa as heranças das sucessivas relações no tempo entre a sociedade e a natureza em sua interação. (BRASIL, 1998, p.26)

No ensino da EJA, geralmente ofertado no período da noite, oferece ensino à alunos que passam o dia no trabalho, alunos com uma vivência cheia de atitudes e que procuram a escola como forma de recuperar o tempo perdido, que não tiveram oportunidade de estudo na idade certa. São alunos com criticidade pré-definida diante do mundo que o cerca e essa forma de ver o mundo é papel fundamental para o alcance dos objetivos pré-estabelecidos para as aulas. Nos trabalhos de sala de aula com a disciplina de geografia, pode ser feito com um grande atrativo, já que esse olhar crítico reflete diretamente no processo ensino aprendizagem como um todo e com a geografia.

Abordagens atuais da Geografia têm buscado práticas pedagógicas que permitam colocar aos alunos as diferentes situações de vivência com os lugares, de modo que possam construir compreensões novas e mais complexas a seu respeito. Espera-se que, dessa forma, eles desenvolvam a capacidade de identificar e refletir sobre diferentes aspectos da realidade, compreendendo a relação sociedade/natureza. Essas práticas envolvem procedimentos de problematização, observação, registro, descrição, documentação, representação e pesquisa dos fenômenos sociais, culturais ou naturais que compõem a paisagem e o espaço geográfico, na busca e formulação de hipóteses e explicações das relações, permanências e transformações que aí se encontram em interação. Nessa

perspectiva procura-se sempre a valorização da experiência do aluno. (BRASIL, 1998, p. 30)

O educando ao estudar o território brasileiro, por exemplo, podem ser usados diferentes mapas temáticos, que podem ser selecionados, de acordo com o tema – político, cultural, físico e econômico – o qual funciona como objeto de estudo. É desafio do professor, conjuntamente com alunos, desvendar os critérios utilizados na regionalização de diferentes mapas. Ao estudar a Geografia do espaço nacional, refletindo sobre os desdobramentos do sistema econômico, ao introduzir o tema, é possível propor como início de estudo, de análise e reflexão diferentes mapas temáticos que utilizam indicadores socioeconômicos, para que os alunos construam uma divisão regional com base em seus próprios critérios, com a mediação e orientação do professor.

Tal exemplo, na EJA, eleva um leque de opções de trabalhos construtivos e relevantes para a motivação do aluno na aula. Motivação que é fator primordial para o trabalho em sala de aula, à noite, com alunos que são adultos, que têm grandes responsabilidades familiares e, certamente, encontram cansados mental e fisicamente. É justamente a auto depreciação do grupo dominado como lembrou Paulo Freire (1997), pois a auto-imagem do dominado não lhe permite a construção de uma identidade digna, nem o faz se ver como membro de uma classe. E, conseqüentemente, muitos acabam ficando pelo caminho da vontade sem ver possibilidade de continuação e progresso, portanto escolhemos atuar nessa realidade entendendo que as necessidades dos educandos muitas vezes ultrapassam os muros da escola e as fronteiras do fazer pedagógico.

Os PCNs, por considerar a Geografia como ciência social, colocam como objeto de seu estudo a própria sociedade baseada no aluno. Por ser uma ciência que estuda as relações entre o processo histórico e ainda regula a formação das sociedades humanas e o funcionamento da natureza, pela leitura do espaço geográfico e da paisagem. (BRASIL, 1998)

A partir de uma visão de mundo que siga à metodologia conduzida pelos PCNs pede a construção de um discurso social acerca de suas contradições, anseios, dinâmicas e conflitos num contexto espaço-temporal.

As atividades avaliativas podem observar as tentativas do aluno para realizar as tarefas propostas. O diálogo, as indagações, as visões críticas. Deve-se, ainda levar em consideração, acima de tudo, a autonomia do aluno e seus progressos dia a dia. Uma avaliação formativa e qualitativa que contemple debates, participações ativas e a cooperação entre professor e aluno; e aluno e aluno.

A prática educativa compõe-se de grandes desafios, desde o planejamento, passando pela aplicação das metodologias até a avaliação. E na EJA, esse desafio parece mais instigante, pois trata de um público que já conhece o mundo em que vive e frequenta a escola com o objetivo que vai além de conhecer: o educando busca compreender, refletir criticamente sobre esse mundo. E o professor como mediador de todo esse processo faz um estudo diário de seu aluno, de si mesmo, o que vai muito adiante de uma simples transmissão de conhecimento, vai buscar o que emociona, o que atrai, o que manifesta o poder da aprendizagem sobre o ser humano.

6 METODOLOGIA

Gil (2007, p.17), ensina-nos que pesquisa é definida como:

(...) procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão de resultados.

Assim, esse trabalho se orienta a partir de uma questão inquietante: como metodologia de educadores como Paulo Freire tem orientado a prática pedagógica, quais suas contribuições para o desenvolvimento do trabalho docente?

Nesse breve exposto, realizado através de pesquisa bibliográfica e relato de experiência, objetivamos aprofundar o conhecimento nos estudos do educador Paulo Freire, conhecer a história da referida modalidade do Ensino de Jovens e Adultos, reconhecer a metodologia aplicada na atualidade, bem como a vivência e os alunos frequentadores da mesma, assim como os profissionais que atuam com essa modalidade de ensino. O alcance desses objetivos levou a produzir uma

pesquisa qualitativa, confrontando breve experiência de trabalho docente com Jovens e Adultos com estudos bibliográficos.

Podemos, dessa forma reconhecer que as práticas de ensino na EJA acerca dos nossos sistemas educacionais constam principalmente os conteúdos das áreas e disciplinas. Aprender é, sem dúvida, dominar conteúdos e também mobilizar esses saberes para o domínio de competências acadêmicas. Porém, aprender não se restringe à dimensão cognitiva. Integra, indissociavelmente, conhecimentos, capacidades, comportamentos e atitudes. Para tanto, usamos muitas vezes os pensamentos de Paulo Freire visto que, consta de um conjunto de instrumentos capazes de qualificar o aluno – pessoa – como um todo.

Ainda que trabalhar o conhecimento em sala de aula com adultos uma espécie de medição, os procedimentos metodológicos são muito mais amplos que a medição ou a qualificação. A sala de aula não funciona como um processo parcial e nem linear. Mesmo que se trate de um processo, está inserida em outro muito maior, a vida do aluno. Nesse sentido, é apenas um subconjunto do processo ensino-aprendizagem e também não é linear porque deve ter reajustes permanentes. O elemento chave do ensino cotidiano escolar na Educação de Jovens e Adultos implica em julgamento, apreciação, valoração; implica, ainda, que quem o pratica tenha uma direção que permita atribuir valores possíveis a essa realidade.

7. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após alguns meses de experiência com o Ensino de Geografia na Educação de Jovens e Adultos pude presenciar alguns acontecimentos que enriqueceram minha vida como docente na área de Geografia.

O trabalho com jovens foi, em minha concepção, um dos momentos muito significantes a minha aprendizagem porque lá tive a oportunidade de me deparar com uma realidade que sempre soube que existia, mas antes não havia oportunidade de vivenciar. Até então só havia lecionado em escolas particulares do município de Sapé, Paraíba, onde resido e o trabalho na escola pública e no turno da noite era, até então, novidade para mim.

É fundamental que o professor da EJA tenha a consciência da valorização do outro, é importante valorizar o conhecimento que este aluno possui, pois durante toda a vida do aprendiz, ele adquire um vasto conhecimento do senso comum, daí a importância da valorização de suas experiências de vida externa a trazer para a sala de aula; espaço de educação sistemática, e evidentemente não se limitar apenas ao que ele aprendeu durante sua vida.

Como sabemos, a modalidade EJA foi criada para atender pessoas que não concluíram os estudos em tempo regular. Senhores, senhoras, jovens, em sua maioria donos e donas de casa, trabalhadores os quais se dispõem a ir à escola após suas jornadas diárias de afazeres. Pessoas simples em seu modo de viver, porém de uma riqueza de conhecimento e saberes, sem precedentes.

Tais saberes, com o passar do tempo, tornaram-se meus saberes. Foi então que lembrei as sábias palavras de Paulo Freire: "educar e educar-se, na prática da liberdade, é tarefa daqueles que pouco sabem – por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais.

O conhecimento na ação, ou o conhecimento tácito, seria aquele constituído na prática cotidiana do exercício profissional. Concebemos que esse é um saber que se constrói com base nos conhecimentos prévios de formação inicial, articulado com os saberes gerados na prática cotidiana, de forma assistemática e muitas vezes sem tomada de consciência acerca dos modos de construção. Para um projeto de formação numa base reflexiva, torna-se fundamental conhecer e valorizar esses conhecimentos que são constituídos pelos professores, seja através de uma reflexão teórica, seja através desses processos eminentemente assistemáticos.(LEAL, 2005, p.114)

Nesse sentido, pude compreender que a inserção do professor na realidade dos alunos, contribui para grandes subsídios e maior compreensão das experiências de vida dos mesmos. Contudo, hoje essa inserção fica comprometida dada a precarização das condições de trabalho do professor, uma vez que é uma modalidade oferecida pelo sistema público, o qual sabemos que é falho em relação à estrutura para atender melhor o educando e o educador, que se submete a extensivas jornadas de trabalho, até chegar à escola, sendo essas algumas dificuldades de integrar-se ao conhecimento dessa realidade pelo professor.

Deve-se ao educador dessa modalidade de ensino refletir sua prática pedagógica cotidianamente, além de reconhecer que este é um processo de grande responsabilidade social e educacional, o qual o docente é o mediador do conhecimento. No sentido de avançar no conhecimento, possibilitando novas aprendizagens.

Com os dias, notei, através da vivência, a carência desses alunos. E inicialmente foi meu primeiro desafio, pois antes de inserir o conteúdo programático tive que trabalhar a afetividade e através dela demonstrar confiança e só então direcionar seus saberes de maneira adequada aos saberes sólidos e sistematizados. E, por conseguinte, mostrá-los que são parte integrante e fundamental do meio no qual estão inseridos e também são agentes influenciadores e transformadores do seu espaço geográfico.

Foi a partir das experiências deles que iniciamos o nosso trabalho. Fomos aos poucos trocando essas experiências através das nossas aulas. Quando em meio a conversas, que a princípio, pareciam corriqueiras, introduzíamos um novo assunto e correlacionávamos com o que estávamos vivenciando. Era assim que íamos introduzindo o ensino da geografia na vida escolar e no dia-a-dia deles.

É bem verdade, que temos que ser mais sensíveis a realidade dessa clientela. E tentarmos ser em nossas aulas o mais atrativo possível. Pois os mesmos, têm uma rotina enfadonha e difícil poder de concentração se não forem estimulados de maneira cuidadosa.

Além das nossas aulas se tornarem atrativas, nossas avaliações tornaram-se mais agradáveis. Porque por meio das apresentações argumentadas ao final de cada conteúdo através de debates, maquetes, discussões, seminários e outros. Fui percebendo o quão estavam cada vez mais confiantes, seguros, e estimulados em seguir em frente e o quanto haviam se desenvolvido. Sem comentar o quanto eu amadureci e enriqueci os meus conhecimentos com essa experiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que o Brasil vem promovendo diversas políticas de inclusão social, e isso vem correndo de forma notória em nossas escolas. Nosso país vem

procurando reparos sociais para aquelas gerações excluídas dos modos de vida econômico e social que avança de forma significativa.

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil, como vimos no decorrer do breve exposto desse trabalho de pesquisa, enquanto proporciona reparos sociais, proporciona força na autoestima daqueles que poderiam ter sido condenados pelo sistema a ficar à margem de uma sociedade letrada e livre de discriminação. (FREIRE, 2005; FREIRE, 1999) Segundo Álvaro Vieira Pinto (1991, p, 27), “A educação de adultos visa a atuar sobre as massas para que estas, pela elevação de seu padrão de cultura, produzam representantes mais capacitados para influir socialmente”.

O sucesso educacional através da universalização da educação escolar em todos os aspectos, sejam sociais, econômicos, culturais; deve ser o grande objetivo da Educação de Jovens e Adultos no Brasil frente às dificuldades que a realidade das escolas de EJA enfrentam.

Contudo a educação de adultos exige cuidados especiais, pois é composta por um alunado que deriva de famílias mais humildes da sociedade, mas que são fortes detentores de conhecimentos de vida. São alunos que muito têm a aprender e com a mesma medida para ensinar, alunos que se tornam autônomos quando lhe é dado pleno respeito. Assim, diz Paulo Freire (2007, p.66), “o respeito, a autonomia e a dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros”.

Considerando este momento propício para realização da análise das reflexões finais, embora reconheçamos que este trabalho não foi totalmente concluído neste estudo, uma vez que o mesmo nos proporcionou um resgate (instrumento) para futuros aprofundamentos acerca do tema pesquisado.

Procuramos no transcorrer desta trajetória compreender teorias fundamentais sobre a Educação de Jovens e Adultos e a análise das mesmas foi um momento de grande acerto.

Essa análise teórica e prática nos fizeram perceber o quanto é útil para conhecimento de aspectos do processo com os quais os avaliadores e os avaliados estão muito envolvidos, pois o avaliador lança um olhar externo sobre o objeto da avaliação, podendo assim contribuir com visões diferentes das do avaliado sobre a função da educação, os padrões de desempenho desejável, os métodos de ensino e avaliação.

Educadores que são comprometidos com a Educação de Jovens e Adultos, têm papel fundamental de ser, além de professor, o estimulador, o mediador de seus alunos. O educador, deste modo, precisa ser consciente da necessidade de buscar novos mecanismos dia a dia, e também teorias que estimulem seus aprendizes, uma vez que, estes têm muitos motivos externos, pela sua vivência, jornada de trabalho e responsabilidades familiares e sociais, que podem levá-lo ao abandono da sala de aula promovendo novos meios de alcançar seus objetivos. Assim, lembremos o que diz o estudioso: “Não há razão para se envergonhar por desconhecer algo, testemunhar a abertura dos outros, a disponibilidade curiosa à vida, a seus desafios, são saberes necessários à prática educativa” (FREIRE, 2007, p. 153).

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. Juventude, produção cultural e Educação de Jovens e Adultos. In: Leôncio (org.) **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 11/2000, de 10 de maio de 2000**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: Ministério da Educação/ Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica, 2000.

_____. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BRASIL. **Lei 9.394 de 20 de dezembro 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Acessado em 24/01/2015.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais (1ª a 4ª série)**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais** : geografia / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília : MEC/ SEF, 1998.

CATELLI JR, Roberto; HADDAD, Sérgio; RIBEIRO, Vera Masagão (Orgs.). **Educação de Jovens e Adultos**: insumos, processos e resultados. São Paulo: Ação Educativa, 2014.

FERREIRO, Emília. **Alfabetização em Processo**. São Paulo: Cortez, 2006.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

_____, **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1983.

_____, **Pedagogia do Oprimido**. 24 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____, **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas a outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

LEAL, Telma Ferras. **Desafios da educação de Jovens e Adultos**: construindo práticas de alfabetização/ Telma Ferraz Leal; Eliana Borges Correia de Albuquerque (org.) – 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Política e Educação Popular**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MENESES, Sousa; CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. **Os jesuítas no Brasil: entre a Colônia e a República**. Brasília: Liber Livro, 2016.

PAIVA, V. P. **Educação Popular e Educação de Adultos**. São Paulo: Loyola, 2000.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete Lições sobre Educação de Adultos**. Editora Cortez, 13.ed. , SP, 2003.

SANGENIS, Luiz Fernando Conde. Franciscanos na Educação brasileira. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. vol. I – séculos XVI-XVIII. Petrópolis: Vozes, 2004.

SOARES, Magda. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. Revista Brasileira de Educação. jan/abr. n. 25, 2004. Disponível em <www.scielo.br>. Acesso em Abril de 2017 às 18h.